

## **Enquadramento e Hegemonia: uma Proposta de Compreensão a partir do Trabalho do Jornalista<sup>1</sup>**

Carlos FIGUEIREDO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### **RESUMO**

As pesquisas sobre jornalismo realizadas a partir do marco teórico marxista aumentaram exponencialmente a partir do século XXI. Entretanto, a maioria desses trabalhos têm como pano de fundo as consequências da precarização no mundo do trabalho do jornalista. Defendemos uma teoria do jornalismo cujas bases epistemológicas repousam na Economia Política da Comunicação (EPC) capaz de apresentar um modelo de análise de notícias, tendo o trabalho como teoria central. Dessa forma, apresentamos possíveis intersecções com a teoria do enquadramento, e ao mesmo tempo, usamos o desenvolvimento dessa teoria como exemplo de luta epistemológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Política da Comunicação; Jornalismo; Trabalho; Ideologia; Luta Epistemológica

### **1. INTRODUÇÃO**

As pesquisas sobre jornalismo a partir da perspectiva marxista desapareceram durante a década de 1990 do século XX para um retorno consistente no início do século XXI. Podemos creditar este desaparecimento à derrota do socialismo real, que repercutiu negativamente na aceitação do marxismo na academia, e à chegada das teorias centradas na produção da notícia, fundamentadas epistemologicamente na sociologia fenomenológica. Já as razões do ressurgimento contemporâneo são a precarização do trabalho jornalístico, o número elevado de jornalistas desempregados, e a diminuição dos limites à subsunção do trabalho jornalístico ao capital, que vieram no bojo do regime de acumulação flexível e da terceira revolução industrial (FIGUEIREDO, 2020). Para além de apontar o declínio das condições de trabalho e o desemprego

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC) e Professor Substituto de Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Secretário-Geral da União Latina da Economia Política da Informação Cultura e Comunicação - Brasil (Ulepicc-Brasil). E-mail: [carlospfs@gmail.com](mailto:carlospfs@gmail.com)

---

galopante dos trabalhadores da notícia, é preciso uma teoria marxista do jornalismo capaz de explicar porque o conteúdo das notícias se apresenta de uma determinada forma e não de outra (FIGUEIREDO, 2019). Apenas assim, saímos do lugar comum idealista de que basta dar boas condições de trabalho aos jornalistas para que seja preservada a função do campo jornalístico de proteger a democracia liberal a partir do seus pretensos papéis de educador e de cão de guarda do público.

As teorias do jornalismo convencionais, até o presente momento, se mostraram incapazes de responder ao que chamam de crise do jornalismo, desde os seus primeiros sinais entre o final da década de 1990 e o começo do século XXI. Tal incapacidade é manifesta na dificuldade das pesquisas *mainstream* em jornalismo em lidar com temas como a cobertura sobre economia na grande imprensa, a participação de parte do campo jornalístico no golpe de 2016 e o tratamento positivo da grande imprensa dispensado às áreas militar e econômica do Governo Bolsonaro, chamadas carinhosamente de “área técnica” em contraposição à “área ideológica”. É preciso uma teoria do jornalismo capaz de tratar desses temas sem apelar para termos úteis, mas que são usados em abstrato e de forma idealista, como ética e jornalismo de qualidade. Também não podemos recorrer a termos como ideologia e hegemonia de maneira apartada das condições de produção, caindo no vazio idealista de estudar “relações de poder”.

Para enfrentarmos esses dilemas, sugerimos a construção de uma teoria do jornalismo cuja base epistemológica é a crítica da economia política, fundada por Marx e Engels, aplicada à comunicação, ou simplesmente Economia Política da Comunicação (EPC). Utilizamos principalmente a versão brasileira (BOLAÑO, 2000) da EPC, integrante, junto com outras vertentes, do campo crítico da comunicação. A EPC tem o trabalho como categoria central e pode ser definida como:

...o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX. (BOLAÑO e BASTOS, 2020, p.177-178).

A indústria cultural, em seus diferentes setores, tem como funções construir mediações entre o Estados e os cidadãos (função propaganda), e entre o mercado e os

---

consumidores (função publicidade). Uma terceira função, chamada programa, é responsável por inserir elementos do mundo da vida na estrutura mediadora (BOLAÑO, 2000). O jornalista, dentro da análise proporcionada pelo EPC, é um trabalhador intelectual altamente especializado cujo trabalho é mais difícil de ser subsumido pelo capital, ou seja, ter objetivado o seu caráter subjetivo (BOLAÑO, 2002). Assim como outros trabalhadores intelectuais, o jornalista constrói mediações e produz dois produtos: as notícias (o bem simbólico) e a mercadoria audiência.

A EPC, portanto, segue o método do materialismo histórico, e apresenta uma proposta teórica capaz de dar conta da totalidade do fenômeno da comunicação ao apontar como, a partir exploração do trabalho, a indústria cultural produz mediações capazes de colonizar o cotidiano das audiências a partir dos imperativos do Estado e do mercado. A mediação é outro conceito marxista de fundamental importância. O trabalho desempenha papel fundamental de mediação “no metabolismo entre homem e natureza, dos homens entre si e, ao mesmo tempo, do processo histórico de dupla expropriação— dos meios de produção e do saber relativo às atividades do trabalho – que marca a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital” (ARAGÃO et al, 2020). Por fim, a EPC localiza no trabalho a fonte das contradições na forma-comunicação, principalmente aquelas geradas pelos limites mais estreitos à subsunção do trabalho intelectual. Dessa forma, nosso método articula três categorias centrais do método marxiano: a totalidade, a contradição e a mediação (NETTO, 2011, p.58).

Uma teoria marxista do jornalismo deve ser capaz de partir do níveis mais altos de abstração para compreender as relações sociais em sua concretude. Logo, além de entendermos que o valor das audiências e dos produtos jornalísticos é determinado pela quantidade de trabalho social necessário para produzir essas mercadorias, e que parte desse valor produzido é expropriado pelas empresas jornalísticas; é necessário analisarmos o trabalho concreto dos jornalistas, ou seja, o conteúdo das mediações produzidas por esses profissionais. Assim podemos explicar porque as notícias apresentam determinado conteúdo. Para isso, devemos buscar ferramentas teóricas compatíveis com o marco teórico marxista.

A proposta do texto é evidenciar as possibilidades proporcionadas pela inclusão da teoria do enquadramento (*framing*) à nossa teoria marxista do jornalismo. Há outras possibilidades teóricas de análise como, por exemplo, a Análise Crítica do Discurso.

---

Entretanto, a escolha pela teoria do enquadramento nesse primeiro texto se dá pelo fato de podermos evidenciar o que Bolaño (2015) chama de luta epistemológica. As primeiras versões da teoria do enquadramento aplicadas aos meios de comunicação, apesar de suas limitações teóricas, são fruto de uma interessante intersecção teórica entre as teorias do enquadramento e os conceitos de ideologia e hegemonia (TUCHMAN, 1978; GITLIN, 1980). Carragee e Roefs (2004) observam que as pesquisas sobre enquadramento tomaram caminhos que levaram à negligência das relações de poder, e propõem um retorno às primeiras versões da teoria. Nossa compreensão, a partir da EPC, é que a teoria do enquadramento deve ser incorporada à teoria marxista do jornalismo como uma teoria de médio alcance (MERTON, 1970) para a análise das mediações construídas pelos jornalistas.

## **2. LUTA EPISTEMOLÓGICA PELO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO**

A teoria do enquadramento possui uma história nos estudos de jornalismo e comunicação de quatro décadas com a primeira aproximação feita por Tuchman (1978) a partir da intersecção entre os conceitos de enquadramento do sociólogo interacionista Erving Goffman (1974) e de ideologia. O *insight* de Tuchman será ampliado por Gitlin (1980) em seu estudo sobre a cobertura dos movimentos estudantis e anti-guerra norte-americanos do final da década de 1960. Na obra *The Whole World is Watching*, Gitlin articula os conceitos de enquadramento e hegemonia a um estudo das rotinas de trabalho dos jornalistas para analisar a cobertura jornalística sobre os movimentos estudantis nos EUA. Essa tradição segue com o estudo de Allan Rachlin (1988) publicado no livro *News as Hegemonic Reality* em que analisa as diferenças de cobertura entre as imprensas estadunidense, canadense e cubana na queda de um avião da Korean Airline, após ser atingido por engano por um caça soviético, e a cobertura da imprensa norte-americana sobre o movimento polonês Solidarnosc.

De acordo com Pan e Kosicki (1993), os conceitos de enquadramento utilizados no campo da comunicação possuem duas origens: sociologia e psicologia. A origem sociológica tem suas raízes na já citada obra de Goffman. O sociólogo estava preocupado em entender como as pessoas organizam a experiência através de esquemas de interpretação que permitem ao indivíduo responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?”. Dessa forma, enquadramentos “permitem a seu usuário perceber,

---

identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos” (GOFFMAN, 1974, p.21). Goffman chama atenção para o fato de que provavelmente os indivíduos sejam inconscientes do conteúdo e das funcionalidades dos enquadramentos que utilizam no cotidiano, ou seja, são ações naturalizadas no dia a dia dos indivíduos.

Gitlin e Tuchman, como foi dito anteriormente, aplicam a ideia de enquadramento de Goffman à produção de notícias. Os jornalistas dessa forma tenderiam a “enquadrar”, principalmente para Gitlin, os eventos segundo a ideologia dominante já que as rotinas e a própria ideia de profissionalismo reforçam as ideias hegemônicas. Para Gitlin (1980, p.7) *“enquadramentos midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelo qual manipuladores de símbolos rotineiramente organizam o discusso, seja verbal ou visual”*.

Já a concepção psicológica possui um forte direcionamento cognitivista, e está empenhada no processamento de informações pelos indivíduos. Iyengar e Kinder (1987), que estudaram notícias televisivas, são representantes dessa vertentes. Nesta linha de pesquisa, “enquadrar é visto como o ato de colocar a informação em um contexto único, de forma que certos elementos da questão obtenham uma maior alocação dos recursos cognitivos de um indivíduo”, e como consequência “os elementos selecionados tornam-se importantes para influenciar os julgamentos dos indivíduos ou fazer inferências” (PAN e KOSICKI, 1993, p.57).

O grande sucesso da teoria do enquadramento no campo da pesquisa em comunicação tanto na vertente sociológica quanto psicológica está no fato da possibilidade metodológica de verificar se há uma transferência dos enquadramentos. Potencial já vislumbrado por Gitlin (1980, p.7) para quem os “enquadramentos midiáticos, amplamente não falados e não reconhecidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas que o reportam e, em algum grau, para nós que confiamos nesses relatos”. Enquadramentos, ainda de acordo com Gitlin, permitem aos jornalistas lidarem rapidamente e de forma rotineira com grandes quantidades de informação e separá-las em categorias cognitivas, para transmiti-las de forma eficiente para as audiências. Já para Entman (1993, p.51), o enquadramento “têm quatro localizações no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura”. O comunicador

---

enquadrará determinado tema em um texto, e o receptor pode aceitar ou não o enquadramento proposto. A cultura contém o estoque simbólico comum de onde se originam os enquadramentos.

Já D'Angelo (2002) analisa o campo da comunicação a partir da perspectiva estadunidense, considera que há três vertentes dos estudos de enquadramento no campo da pesquisa em comunicação: construtivista, cognitivista e crítica. Inspirado na obra de Imre Lakatos (1974), o autor considera a pesquisa em enquadramento não como um paradigma Kuhniano, como no caso Entman (1993), mas como um programa de pesquisa em que diferentes paradigmas, ao mesmo tempo, competem e cooperam entre si a partir de um núcleo duro comum, contribuindo para o crescimento do programa.

A vertente teórica que D'Angelo chama de perspectiva construtivista tem nos sociólogos políticos Gansom e Modigliani (1989, 1994) seus principais representantes. Para os autores “enquadramento é uma ideia organizadora central ou linha narrativa que fornece significado a um grupo aleatório de eventos, tecendo conexões entre eles” (GANSOM e MODIGLIANI, 1994, p.376). O enquadramento é a ideia central do que Gamson e Modigliani chamam de pacote de ideias. Os autores também publicaram um artigo sobre os enquadramentos sobre energia nuclear analisando revistas, jornais e programas televisivos entre as décadas de 1950 e 1970 e analisando pesquisas de opinião pública sobre pesquisa nuclear. Gamson e Modigliani (1987) chegaram a conclusão que há uma relação entre os enquadramentos veiculados pelos meios de comunicação e a percepção do público sobre o tema. Um conceito interessante introduzido pelos autores é o de patrocínio de enquadramentos (*Framing Sponsorship*) que é a promoção de determinados enquadramentos por determinados agentes, geralmente organizações que empregam profissionais de relações públicas ou assessoria de imprensa para promoverem o tema junto a jornalistas empregados em redações.

A teoria do enquadramento mais famosa no campo da comunicação é a proposta por Robert Entman (1993, 2004, 2007, 2010). A ideia de Entman no artigo inicial de 1993, que conta com incríveis 19.679 citações no Google Acadêmico (e contando), é oferecer um conceito que se torne um paradigma unificado capaz de tal forma que se transforme em uma contribuição do campo da comunicação para as demais Ciências Sociais. O conceito de enquadramento proposto por Entman, apesar de não trazer nenhuma novidade teórica naquele momento, é extremamente operacional. Durante o

---

texto, o autor não relaciona sua definição a uma vertente teórica específica. Para Entman (1993, p.52), enquadrar:

é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de tal modo que promova uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito.

Entman, com o passar dos anos, adiciona novos elementos à sua teoria, mas que não resolvem os problemas que seu conceito extremamente operacional não consegue resolver. Para lidar com o problema da negligência do poder levantado por pesquisadores como Carragee e Roefs, Entman (2004) cria um intrincado esquema de relações chamados de “cascata de ativação em rede”. A representação gráfica do fluxo de informação mostra como a informação fluiria da Administração (poder executivo), passando por outras elites (legislativo, *experts* etc.), meios de comunicação, enquadramentos até chegar ao público.

Em seguida, esse fluxo de informação seguiria o caminho contrário até os enquadramentos aceitos, negados e mesmo nascidos na opinião pública retornarem à administração, gerando um esquema de influência de mão dupla. Entman usa esse esquema para discutir a cobertura de eventos internacionais, defendendo que a tese de que o conceito de hegemonia não serve para analisar este tipo de cobertura após o fim da Guerra Fria. Ao invés do campo jornalístico norte-americano apresentar enquadramentos que fortalecem as ideologias dominantes em sua cobertura sobre eventos internacionais, como fazia durante a Guerra Fria, passaria a transmitir enquadramentos gerados por controvérsias entre a classe política. Caso houvesse consenso entre a classe política sobre questões internacionais seja um embargo ou invasão a território estrangeiro, a imprensa refletiria esse consenso. É uma visão estreita da disputa ocorrida no que se pode chamar de arena simbólica, e que flerta com a tese do fim da história. Agora que a Guerra Fria terminou, a disputa por hegemonia não faria mais sentido, e tudo se resumiria a uma disputa política paroquial.

Entman (2007) volta a tratar das relações de poder na teoria do enquadramento em texto posterior. Dessa vez, o autor busca contornar a ideia de hegemonia ao propor uma clarificação dos conceitos de viés (*bias*) e inclinação (*slant*). “A inclinação caracteriza notícias e editoriais individuais nas quais *o enquadramento favorece um lado em detrimento de outro em uma disputa potencial ou corrente*” (ENTMAM, 2007,

---

p.165). Já o viés pode ser de conteúdo ou de tomada de decisão. Vieses de conteúdo (ENTMAN, 2007, p.166) seriam “*padrões consistentes no enquadramento da comunicação mediada que promovem a influência de um lado em conflitos durante o uso do poder governamental*”. Os vieses de decisão jornalística operariam “dentro das mentes de jornalistas individuais e dentro dos processos de instituições jornalísticas incorporados em regras e normas” que influenciam o enquadramento das notícias (ENTMAN, 2007, p.166).

Em novo artigo publicado em 2009, Entman testa os elementos adicionados em seu texto anterior em uma análise da cobertura das eleições presidenciais norte-americanas de 2008. Entman relaciona os vieses observados na cobertura a momentos que o campo jornalístico norte-americano favorece a cobertura um ou outro partido como o lançamento dos candidatos etc. Os erros teóricos de Entman residem no fato de sua teoria estar limitada às interações entre elites políticas, meios de comunicação e audiências. Além disso, o sistema político americano possui apenas dois partidos com chances reais de alcançar o poder, e que partilham de forte consenso em questões econômicas, de classe e política externa. Logo, o gerenciamento da arena simbólica pelos meios de comunicação é bem mais simples que em países de maior pluralismo ideológico-partidário.

Aqui cabe a ideia de esferas de consenso lançada por Hallin (1994) para analisar como os meios de comunicação gerenciam a arena simbólica. A primeira esfera é a esfera do consenso. Aqui estão os enquadramentos considerados consensuais como a economia de mercado, livre iniciativa e liberdade de expressão. Republicanos e democratas não apresentaram grandes diferenças nesses pontos. A esfera da controvérsia legítima é deixada para questões que não significam mudanças estruturais na sociedade americana. São essas as controvérsias possíveis de ocuparem o noticiário. Por fim, está a esfera guardada para temas considerados tabu na sociedade americana, encarados como antidemocráticos e irracionais. Até o momento não foi publicado qualquer estudo de enquadramento sobre as eleições primárias norte-americanas de 2016 e 2020 envolvendo Bernie Sanders, candidato democrata de pendor social-democrata. Também não foram publicadas pesquisas em periódicos sobre os enquadramentos noticiosos das campanhas presidenciais de Donald Trump, candidato de extrema-direita eleito em 2016 pelo partido republicano, que vendeu a imagem de

---

*anti-establishment*. Tanto Sanders quanto Trump, para o bem ou para o mal, estão fora das esferas do consenso e da controvérsia legítima do jornalismo norte-americano.

O problema das pretensões de Entman é que a teoria do enquadramento é uma teoria de médio alcance, usada para guiar as pesquisas empíricas, e não um paradigma. Tratar a teoria do enquadramento como um paradigma dominante no campo da comunicação demonstra nada mais que uma enorme fraqueza teórico-metodológica do campo. Teorias de médio alcance ocupam uma posição intermediária entre as grandes teorias, excessivamente afastadas de tipos singulares “de comportamento, organização e mudança social para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados” (MERTON, 1970, p.51). Uma característica das teorias de médio alcance é que podem não estar em desacordo com nenhum grande sistema teórico.

Os caminhos tomados pela teoria do enquadramento é um caso exemplar do que Bolaño chama de luta epistemológica, que é essencialmente luta política (BOLAÑO, 2015). Os estudos de enquadramento que adotam uma perspectiva crítica, passam de inauguradores dos estudos de enquadramento midiático para uma posição absolutamente marginal. A elaboração de uma teoria marxista do jornalismo, portanto, é um esforço dentro da concepção de luta epistemológica no interior da comunicação. O desenvolvimento da teoria do enquadramento é um caso de derrota do campo crítico norte-americano.

### **3. ENQUADRAMENTO, TRABALHO E JORNALISMO**

Utilizar a teoria do enquadramento como teoria de médio de alcance dentro do nosso quadro teórico requer que discutamos as limitações teórico-metodológicas do que o campo da comunicação norte-americano chama de paradigma crítico. Seguimos a conceito proposto por Horkheimer (1975) para entendermos que uma teoria crítica é aquela cujo objetivo é a emancipação dos sujeitos. No nosso caso, a emancipação dos sujeitos tem como núcleo a categoria trabalho. Carragee e Roefs (2004) ao discutirem a negligenciação do poder nas pesquisas de enquadramento e um retorno ao paradigma crítica e o uso do conceito gramsciano de hegemonia (GRAMSCI, 2013).

De acordo com Carragee e Roefs (2004, p.222), é “essencial para a luta ideológica, estabelecer e manter a legitimidade do ordem política existente é a produção

---

de meios e valores por instituições culturais, incluindo igrejas, escolas e os meios de comunicação”. Para os autores, a tal “ordem política existente” é algo que se move em abstrato uma vez que não fica claro porque os agentes dominantes mobilizam recursos para manter sua dominação. Afinal, por qual recursos estão lutando?

Como Netto (2009, p.119) observa, há na academia um discurso que esvazia o conteúdo e a potencialidade da categoria gramsciana de hegemonia “*em virtude do exposto desprezo e/ou da explícita ignorância (...) das bases elementares da crítica da economia política que estão na raiz da formulação gramsciana.*”. Como o próprio Netto afirma, Gramsci não tratou dos aspectos estruturais da economia política por considerar que as bases teóricas deste aspecto já teriam sido lançadas por Marx e Engels.

Além disso, Carragee e Roefs fazem uma enorme confusão ao confundirem o marxismo vulgar, que encara as questões culturais como um reflexo da estrutura econômica, com o marxismo ortodoxo. Ortodoxia não é sinônimo de “um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese nem a exegese de um livro sagrado. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método.” (LUKÁCS, 2003, p.70). Portanto, afirmar que “a ênfase no ‘trabalho’ cultural distingue o marco teórico de Gramsci das tradições Marxistas ortodoxas (CARRAGEE e ROEFS, 2004, p. 222) demonstra desconhecimento do método marxiano.

A saída para superar essas limitações e adotar uma perspectiva realmente crítica é compreender o trabalho dos jornalistas em sua concretude. Perguntarmo-nos como a organização das rotinas, a prioridade dada a fontes oficiais e especialistas, os constrangimentos profissionais e a ideologia do profissionalismo acabam por moldar o conteúdo ideológico das notícias. Afirmar que os meios de comunicação tendem a defender o status quo, quase que sem querer, devido à naturalização da organização do trabalho nas redações, como sugere Tuchman (1978), não responde ao problema central. O fato é que devemos encarar o jornalista como um trabalhador intelectual cujo trabalho é subsumido ao capital (FIGUEIREDO, 2019).

Gitlin (1980) articula a análise das rotinas jornalísticas com os conceitos de enquadramento e hegemonia, e oferece o *insight* necessário ao nosso modelo teórico de análise de notícias. Gitlin entende que as rotinas de trabalho, e as ideologias do

profissionalismo e da objetividade acabam por honrar o sistema político-econômico existente devido à estrutura de classes da sociedade e de propriedade dos meios de comunicação. O autor também aponta a influência da origem dos jornalistas, geralmente de classe média. Além disso, ainda que possam ser considerados como progressistas dentro do espectro ideológico americano, Gitlin aponta que os jornalistas se movem ideologicamente dentro da esfera da controvérsia legítima. Gitlin observa que embora as rotinas sejam flexíveis para se transformarem de acordo com a conjuntura políticas, são rígidas o bastante para não colocarem os pontos centrais do sistema capitalista em questão. Entretanto, ainda falta a Gitlin entender o jornalista como trabalhador intelectual.

Ainda assim, a proposta de Gitlin é um avanço em relação às vertentes que buscam a resposta para como as notícias tomam forma a partir da sociologia fenomenológica de autores como Berger e Luckman (1978). Os pesquisadores das teorias do jornalismo que buscam entender a atividade jornalística a partir do estudo das rotinas, geralmente se utilizam de perspectivas interacionistas e, principalmente fenomenológica, defendendo que os jornalistas acabam construindo a realidade a partir da tipificação do cotidiano de trabalho. Apesar dos avanços em demonstrar os processos diários de trabalho do jornalistas, os fenomenologistas pecam por uma ausência da questão do poder, que se torna um problema secundário nessas teorizações.

a sociologia fenomenológica negligenciou por vezes a questão da ação, do que as pessoas fazem, por assim dizer, concentrando-se em lugar disso em exposições, conversação e fala sobre o que foi e o que está sendo feito. No trabalho dos sociólogos fenomenologistas há, por isso, uma curiosa ausência de qualquer discussão do poder, força, estratificação ou estrutura, a não ser em termos de um “sentido” do poder etc. (...). A questão das fontes da exposição [do poder], seu veículo, controle, manipulação ou transformação, deve, na ausência de qualquer trabalho aparente nessas áreas, ser considerada como de pouco interesse para os expoentes da abordagem sociológica fenomenológica. (SMART, 1978, p.98)

Como solução teórica para esse impasse, recorreremos à teoria marxista do cotidiano de matriz Lukacsiana (LUKÁCS, 1968; HELLER, 1972). Essa vertente destaca a heterogeneidade da vida cotidiana. O trabalho, a vida privada, os lazeres, o tempo livre etc. são partes orgânicas do cotidiano, momentos em que os indivíduos empreendem todas as suas forças. Para o emprego total de suas energias em determinadas atividades, é fundamental o processo de objetivação pelo qual passam os

---

produtos das artes e das ciências. Objetivação é o processo pelo qual determinados conhecimentos tornam-se cotidianos, fazendo com que os indivíduos tomem uma atitude natural perante sua presença no dia a dia, e não pensem na sua historicidade e em todo processo de trabalho envolvido na sua produção. Os jornalistas ainda que executem um trabalho criador tendem a objetivar as rotinas, que acabam por construir uma realidade de acordo com as ideias hegemônicas para parafrasear o belo título do livro de Rachlin (1988).

Para Lukács (1965), o trabalho criador, como a ciência e a arte, permite ao indivíduo suspender a cotidianidade e pensar sobre o próprio cotidiano. Nesse sentido, a teoria de Lukács sobre o cotidiano vai ao encontro da teorização da EPC sobre o trabalho intelectual e a dificuldade do capital em subsumi-lo por completo, o que gera contradições. Na maioria dos trabalhos, “o acúmulo de vivências cotidianas, hábitos, exercícios, etc., faz com que certos movimentos sejam repetidos e desenvolvidos em cada processo de trabalho, bem como sua serialização quantitativa e qualitativa, sua interpenetração, sua complementação e reforço, etc” (LUKÁCS, 1965, p.41). Esse processo assume o caráter de uma objetivação. O trabalho intelectual, por sua dificuldade ser objetivado e ser um trabalho criador mais resistente a controles, oferece mais oportunidades para que as objetivações (ou rotinas) sejam suspensas. Portanto os enquadramentos presentes em textos jornalísticos são o fruto de rotinas, constrangimentos e ideologias adquiridas durante a socialização dos jornalistas nas redações, ou seja, fruto do seu cotidiano de trabalho. Neste caso, a teoria do enquadramento enquanto teoria de médio alcance pode trabalhar em conjunto com a EPC sem o risco de incompatibilidades teóricas.

## **CONCLUSÃO**

O objetivo do texto foi demonstrar a compatibilidade teórico-metodológica entre Economia Política da Comunicação, e não há nesta tarefa qualquer “heterodoxia”, muito menos vulgarização do marco teórico do materialismo histórico. Não apresentamos aqui qualquer método (técnicas) preferencial de coleta e análise de dados, deixando aos interessados em usar o modelo proposto teórico-metodológico o uso da criatividade para operacionalizar suas pesquisas, pois o método marxiano é compatível com diversas técnicas usadas nas ciências sociais. No “processo [de pesquisa], os instrumentos e

---

também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formais mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc.” (NETTO, 2011, p.25-26).

Franciscato (2013), em texto onde discute a possibilidade da interdisciplinaridade entre as Teorias do Jornalismo e a Economia Política da comunicação, questiona se uma influência recíproca entre as duas disciplinas seria possível. O pesquisador afirma ser preciso uma agenda interdisciplinar que se configuraria com a proposição de novos conceitos partilhados pelas duas áreas. Franciscato (2013, p.40), citando alguns trabalhos da EPC que têm como objeto o jornalismo observa que “não se percebe como os estudos em jornalismo possam ter influenciado na reformulação de alguma parte do quadro teórico da EPC”.

Outro ponto de dificuldade seria o fato de as categorias mais recorrentes da EPC operarem em um nível macro, descrevendo aspectos estruturais em diversas áreas da sociedade, enquanto as teorias do jornalismo trabalham a partir de uma perspectiva microestrutural do fenômeno. Esse tipo de afirmação não condiz com a aplicação do método marxiano, que faz o movimento do abstrato para concreto, buscando enxergar o fenômeno a partir da sua totalidade, e dando centralidade à categoria trabalho. Estão, portanto, colocadas nesse texto, algumas respostas às indagações de Franciscato, ainda que de forma preliminar. A EPC, ao seguir o método marxiano, não poderia jamais se debruçar sobre o estudo do jornalismo ignorando os avanços das teorias do jornalismo, assim como Marx e Engels não ignoraram Stuart Mill, Adam Smith e David Ricardo em sua Crítica da Economia Política. Entretanto, no espírito de luta proposto por Bolaño (2015), a Crítica da Economia Política já traz implícita a disputa epistemológica.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, V.; BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D.; SANTOS, A. D. G. dos. In: PRATA, N SANTOS, J.; NASCIMENTO, G. **A mediação segundo a Economia Política da Comunicação**. Desafios da Comunicação em tempos de pandemia. Um mundo e muitas vozes. São Paulo: Intercom, 2020. p.171-192

BERGER, P. L; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOLAÑO, C. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

---

\_\_\_\_\_. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 11, p. 53-78, 2002.

BOLAÑO, C. **Campo Aberto**. Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação. Aracaju: Edise, 2015

BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D. Um pensamento materialista em comunicação. In: BIANCO, N. R.; LOPES, R. S. (Org). **O Campo da Comunicação: Epistemologia e Contribuições Científicas**. São Paulo: Socicom Livros, 2020. pp. 165-187.

CARRAGEE, K. M.; ROEFS, W. The neglect of power in recent framing research. **Journal of communication**, v. 54, n. 2, p. 214-233, 2004.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. **Journal of communication**, v. 52, n. 4, p. 870-888, 2002.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

\_\_\_\_\_. **Projections of Power**. Frame News, Public Opinion and U.S Foreign Policy. Chicago: the University of Chicago Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007

\_\_\_\_\_. Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign 2008. **Journalism**, v. 11, n. 4, p. 389-408, 2010.

FIGUEIREDO, C. **Jornalismo e Economia Política da Comunicação: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo**. *Âncora*. v. 6, n. 1, p. 12-28, jan.-jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, Marxismo e Economia Política da Comunicação: um Levantamento em Periódicos Brasileiros de Comunicação e Informação de 2006 a 2020**. *Eptic online: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura*, v. 22, n. 3, p. 103-121, 2020.

FRANCISCATO, C. Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas Interfaces entre Estudos sobre Jornalismo e Economia Política da Comunicação. DOURADO, Jacqueline Lima (Org). **Economia Política do Jornalismo: Campo, Objeto, Convergências e Regionalismo**. Teresina: UFPI, 2013. pp. 23-48.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. **American journal of sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

\_\_\_\_\_. In: BURSTEIN, Paul (Ed.) **The changing culture of affirmative action**. Equal employment opportunity: labor market discrimination and public policy. New York: Graudine de Guyer, 1994. p. 373-394

GANS, H. J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Times**. New York: Vintage Books, 1980.

---

GITLIN, T. **The Whole World is Watching**. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 2003.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeast University Press, 1974.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HALLIN, D. **We Keep America in the Top of the World**: Television Journalism and the Public Sphere. London: Routledge, 1994.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Editora Paz e Terra, 1972

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, W.; ADORNO, T; HORKHEIMER, M.; HABERMAS, J. **Textos Escolhidos**. (Coleção os Pensadores). São Paulo: Editora Abril, 1975. p. 125-162.

IYENGAR, S; KINDER, D. R. **News that matters**: Television and American opinion. University of Chicago Press, 2010.

LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. pp. 91-198.

LUKÁCS, G.. **Estética**. Vol I. Grijalbo: Barcelona, 1965.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

MERTON, R. K.. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Universidade, Caldo de Cultura, Pós-Modernismo**. COUTINHO, Eduardo Granja (Org). **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp.119-143.

PAN, Z.; KOSICKI, G. M. Framing analysis: An approach to news discourse. **Political communication**, v. 10, n. 1, p. 55-75, 1993.

RACHLIN, A. **News as Hegemonic Reality**. American Culture and the Framing of News Accounts. New York: Praeger, 1988.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. *Journal of communication*, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SMART, B. **Sociologia, fenomenologia e análise marxista**: uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TUCHMAN, G. **Making News**: A Study in the Construction of Reality. New York/ London: The Free Press, 1978